



GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 877

OS EFEITOS DO PÂNICO MORAL SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA: ECOS EM DIREÇÃO À AGENDA CONSERVADORA

Carolina Langnor – UFPR

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Um eco não é o som que se produziu diretamente para um interlocutor, mas sim um reflexo do som. Do mesmo modo, o novo e crescente feminismo radical de coletivos universitários não pretende dialogar diretamente com a agenda conservadora, mas os ecos desse diálogo em algumas instâncias encontra refletividade na conjuntura de um pânico moral, notadamente, quando esta configuração política reformista encontra suporte nos discursos deste novo tipo de feminismo radical que se apropria de premissas normativas sobre o gênero e a sexualidade, corroborando com a agenda neoliberal conservadora e perdendo, em partes, seu caráter de movimento de resistência e justiça social. Através dos efeitos do pânico moral algumas vertentes feministas entram em disputas difusas quanto à categoria mulher, às pautas da transexualidade e práticas sexuais marginalizadas como a prostituição.

Palavras-chave: pânico moral; transexualidade; interseccionalidade; *teoria queer*; feminismo radical

Este trabalho pretende expor resultados de pesquisa que foi realizada através de entrevistas com estudantes universitárias feministas, pretendendo-se identificar como o feminismo da atualidade tem se configurado nos espaços institucionais do ensino superior. Neste sentido de possibilidades e configurações atuais dos movimentos sociais haveria algo de novo para o movimento feminista, mas o quê? Talvez o novo seja não o quê está sendo dito, mas o como, por quais meios ou estratégias. A respeito dos discursos e de como os enunciados levam consigo a contínua e mera recitação, Michel Foucault, em sua obra “A Ordem do Discurso”, afirma que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25). Através da realização de entrevistas com alunas feministas, organizadoras de coletivos universitários, priorizei por conduzir tópicos e perguntas na forma de conversa aberta favorecendo a ampliação das falas que marcavam posicionamentos relativos às vertentes feministas de seus grupos.

O movimento metodológico da pesquisa configurou-se como um mapeamento “audiográfico”, em que procurei sinalizar onde as vozes do feminismo radical atual encontram locais nas teorizações feministas. Deste modo, uma “audiografia” consiste na geografia da voz, termo assim denominado por Philippe Artières, em *O Belo Perigo*, a respeito do pensamento de Foucault em sua relação com a fala:

Falar para Foucault, era se inscrever, ou não, numa ordem dos discursos, mas era também problematizar, no próprio gesto, essa prática [...] Para ele, falar era reinventar incessantemente um novo teatro, um teatro profundamente político (FOUCAULT, 2016, p. 16).

Por meio das análises das entrevistas, observou-se que entre os grupos entrevistados há um crescimento de rachas entre as estudantes universitárias feministas que em um primeiro momento se identificavam como feministas liberais e/ou interseccionais e que, posteriormente, passam a aderir a grupos que se posicionam como da vertente do feminismo radical. Desta maneira, este artigo busca problematizar como o feminismo radical do início dos anos 1960 é ressignificado nos grupos formados por feministas universitárias que se autodenominam radicais. Essa migração entre vertentes do feminismo, que produz pautas novas e ao mesmo tempo segrega e exclui pautas defendidas anteriormente, evidencia um movimento de aproximação das agendas conservadoras que são tipicamente produzidas no escopo da política do pânico moral (RUBIN, 2003). Alguns dos relatos ressaltaram que há na atualidade um crescimento dos grupos radicais principalmente entre as feministas mais jovens que excluem do aporte feminista qualquer debate que legitime a transexualidade como uma pauta do feminismo, denominando a questão da transexualidade como uma pauta exclusivamente liberal e pertencente a uma categoria própria e particular.

A história do movimento feminista é alinhavada por rupturas e reformulações da ação política, deste modo, não se pressupõe um consenso universal como alicerce do movimento. No entanto, neste novo feminismo algumas características anacrônicas ao feminismo radical dos anos 1960 parecem denunciar a eclosão daquilo que a autora Gayle Rubin descreve como “pânico moral” e que passa a surtir efeitos dentro do movimento feminista.

O pânico moral se configura através de disputas sobre os valores sexuais e condutas eróticas de um grupo social, e que surge de forma intensa e perigosa partir de uma desestabilização política em um determinado momento histórico. Segundo Rubin, estas disputas se tornam um meio “para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a

concomitante intensidade emocional”, neste contexto, “a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande stress social” (RUBIN, 2003, P. 1).

Esse feminismo radical emergente pautado na discussão da construção binária do gênero e do sexo pode ser entendido como anacrônico ao feminismo radical em sua fase inicial. O feminismo radical dos anos 1960 foi um movimento que se constituiu a partir da ideia da diferença sexual como produtora da desigualdade entre homens e mulheres, em um contexto em que as discussões sobre transexualidade não encontravam espaços viáveis dentro do movimento do mesmo modo como são os espaços de debates atuais interseccionais a partir da teoria *queer* sobre gênero e sexualidade.

Mesmo com ampliações significativas dos debates produzidos pelo movimento como um todo, paira sobre as conquistas feministas, a meu ver, um ranço perigoso do pensamento binário falocêntrico, tão refutado pelas feministas radicais dos anos 1960. Esse novo pensamento radical não consegue problematizar a categoria mulher sem acionar uma lógica predatória e de guetização do feminismo, no qual cada lócus de êxito do movimento pode tornar-se um espaço hostil e violento. Em outras palavras, em nome do não silenciamento de determinadas pautas impõe-se de forma brutal o silenciamento de outras.

Em uma perspectiva histórica, o feminismo chamado radical dos anos 1960 se configurou como uma modalidade da militância feminista que contestou paradigmas marxistas na mesma medida em que rejeitou o plano liberal de enfrentamento das opressões contras as mulheres. Na visão das feministas radicais da época, mesmo que houvesse um alinhamento do pensamento feminista com alguns dos ideais dos movimentos de esquerda, os referenciais marxistas não eram suficientes para romper com alguns dos sistemas de dominação formulados pelas feministas radicais como: o patriarcado, a heterossexualidade compulsória e os princípios teóricos androcêntrico das ciências humanas. Por outro lado, havia um embate entre as feministas radicais e as feministas designadas liberais sob a acusação de que as feministas liberais não estavam engajadas pelo fim do capitalismo, antes estas feministas lutavam para serem incluídas no sistema liberal reivindicando direitos aos postos de trabalho¹ e à vida social que até

¹ É preciso ressaltar que as demandas relativas ao mundo do trabalho em muito se diferenciavam entre mulheres negras e mulheres da periferia, e mulheres brancas e da classe média. As mulheres negras e mulheres da periferia já estavam, em grande parte, inseridas no mercado de trabalho como mão-de-obra barata e explorada, suas reivindicações eram voltadas para a melhoria das condições de trabalho e o combate ao racismo. Para as mulheres brancas e de classe média a conquista de um espaço no mercado de trabalho tinha

então eram considerados exclusivamente masculinos. Deste modo, o feminismo radical dos anos 1960, da chamada “segunda onda” do feminismo², se constituiu a partir da necessidade de se aprofundar a problemática da categoria mulher na perspectiva das discussões daquele momento, em que nem o plano liberal nem o marxista abarcavam esta proposta. Quanto à especificidade deste feminismo radical Alicia Puleo afirma que,

El feminismo radical se diferencia del feminismo liberal reformista que sólo (para o escándalo de muchos, sin embargo, em aquel momento) pedia la integración de las mujeres em el mundo capitalista de trabajo asalariado y de la cultura. También se distingue de una izquierda patriarcal que no reconocía la legitimidade de las reivindicaciones de las mujeres e cebarra los ojos ante el poder masculino ilegítimo existente dentro de los mismos movimientos revolucionarios (PULEO, 2005, P. 20).

Na conjuntura da sociedade dos anos 1960 o movimento feminista radical entendia que era preciso desenvolver um senso de valorização das experiências femininas uma vez que imposições culturais sobre a categoria mulher limitavam uma possibilidade epistemológica outra, era preciso discutir a vida privada e as formas de violência contra as mulheres. E foi a partir da percepção de que mesmo que mulheres estivessem lutando lado a lado com homens, militantes da esquerda política por um ideal de uma sociedade mais justa, mas ainda assim, as mulheres estariam em posição de subordinação nesta luta que surge, então, o feminismo radical com a *radicalidade* de se compreender e combater a lógica da dominação e da produção das formas de opressão. Segundo Alicia Puleo,

El separatismo de Las feministas radicales surge, pues, de una de las muchas experiencias históricas de decepción com respecto a causas políticas emancipatórias que han negado el reconocimiento y la recipricidad a las mujeres.

Esta nueva forma de feminismo se define como *radical* [grifo da autora], porque segundo la etimología de este término, se propone buscar la raiz de la dominación (PULEO, 2005, p. 20).

o significado de liberdade de escolha, já que muitas delas eram estimuladas a serem mães e donas de casa.

² Aliado ao movimento da nova esquerda, o movimento de Liberação Feminina passa a incluir em seus debates não apenas a defesa de direitos para a garantia de uma vida pública mais digna, mas também a defesa de que a vida privada, as experiências pessoais e particulares, são da ordem do político (COBBLE, 2015). Com essa premissa, surge para o movimento um interesse maior em se construir saberes a partir das experiências das mulheres, localizando os lugares, as tramas, os discursos e os apagamentos históricos que acabaram por cercear a presença e a legitimidade das mulheres no âmbito do político. Nesta perspectiva outra do movimento se caracterizou a chamada “segunda onda” do feminismo.

Entretanto, este movimento de intenção genuinamente libertária e que contribuiu de forma central nas reflexões sobre o corpo e a sexualidade produziu um efeito ‘reverso’: a limitação da categoria mulher, tornando-a identitarizada, genitalizada e excludente. E é por esta razão que algumas teóricas feministas passam posteriormente a questionar as concepções formuladas pelo feminismo radical, pois compreenderam que a defesa da categoria mulher poderia tornar-se o oposto do que se buscou a princípio: o fim de todos os tipos de opressão humana.

Não quero afirmar aqui que o posicionamento das jovens feministas radicais está pautado na falta de conhecimento do que representou historicamente o feminismo radical da “segunda onda” ou do que significa afirmar-se como uma feminista radical, como se o pressuposto da ignorância fosse esse ‘guarda-chuva’ para dar conta de explicar tudo o que complexifica a experiência divergente, e nem pretendo acionar a ideia de que elas são simplisticamente descompromissadas com as lutas de outras minorias políticas. Ao contrário disso, prefiro lançar uma hipótese que poderia, em partes, sinalizar as relações deste movimento emergente. Deste modo, exponho um trecho de entrevista realizada com uma das participantes da pesquisa que se autoidentifica como feminista radical e que faz parte de um coletivo que se formou a partir da vertente do feminismo interseccional e liberal. De acordo com as suas afirmações, agora, com mudanças na formação do grupo, todas as líderes desse coletivo passaram se autodefinirem como feministas radicais.

A concepção de liberalismo para o ‘novo feminismo radical’³ na visão da participante da pesquisa abarca algumas das críticas formuladas pelo movimento inicial do feminismo radical como, por exemplo, a lógica do consumo para a manutenção do lugar de opressão da mulher e da exploração da mão de obra feminina. Entretanto, para a entrevistada uma das coisas que especificamente marca a separação entre o feminismo radical e outros feminismos é a questão da transexualidade, ao ponto de que a transexualidade acaba por tornar-se o próprio sinônimo de feminismo liberal e não uma das pautas interseccionais do movimento. Pergunto à entrevistada se ela considera as

³ O emprego do termo ‘novo’ associado ao feminismo radical é uma indicação minha, pois considero que o feminismo radical pós anos 1960 tomou formas diferenciadas da proposta inicial. Supõe-se, através dos dados obtidos na entrevista, que para a entrevistada o feminismo radical que ela descreve não apresenta rupturas e é o mesmo que se configurou no início da “segunda onda” do feminismo. Também considero que esse feminismo radical pode ser descrito como ‘novo’ por não se tratar de uma geração anterior que se manteve dentro desta vertente, mas sim uma geração da atualidade que migrou de outra vertente e ressignificou pautas e elaborações políticas para o termo radical.

questões de classe, raça e masculinidade⁴ como interseccionais, ela alega que sim. Então questiono se as questões da transexualidade são consideradas interseccionais na opinião dela. Ela responde afirmando que para outras feministas essas são questões interseccionais, mas que para ela não mais porque agora ela se tornou uma feminista radical. Em forma de cenas apresento algumas partes da entrevista para pontuar quais são os temas que estariam promovendo uma esfera de vulnerabilidade para uma política de coalisão feminista.

Cena 1 – Questionamentos sobre as vertentes do feminismo e a transexualidade

Pergunto à entrevistada: por que ela, ao se considerar uma feminista interseccional para as questões de raça e classe social, não poderia entender a transexualidade como uma das pautas interseccionais do movimento feminista? Quanto a isso a entrevistada responde que:

Não mais, porque agora eu me identifico mais com o feminismo radical. Na nossa organização a gente não tem mais feminista liberal, mas é uma questão de evolução dentro da teoria mesmo...é passar a ler Simone de Beauvoir com outros olhos ...porque a teoria queer leu 'você não nasce mulher, torna-se mulher' como uma coisa, tipo, 'ah, então posso virar mulher'. A teoria radical lê que o que determina você ser uma mulher não é você ter uma vagina, você ter peito... é a socialização que você sofre e que aí você vira mulher. Por isso, uma transexual nunca vai ser uma mulher, nunca vai saber o que é ser uma mulher cis...você é tornada mulher a força pela sociedade. Como eu era feminista liberal, eu estava bem próxima da questão da transexualidade.

Eu acredito que as pautas transexuais e as pautas feministas tem que ser separadas. Porque as pautas transexuais estão entrando no feminismo e estão silenciando as mulheres mais uma vez. Eu fui na (sic) UNE⁵ no ano passado, naquele evento da EME⁶, e tinha uma transexual na banca sobre LBTS que disse que não queria que a gente falasse sobre menstruação, porque ela se sentia acuada e porque ela não tem uma vagina. Era um homem silenciando outras mulheres...desculpe [irônico], meu feminismo radical lê assim! Como eu não posso falar sobre menstruação? Fui ensinada a vida inteira que menstruar é ruim.

⁴ O termo entendido pela entrevistada não faz alusão aos Estudos da Masculinidade, algo que tentei sugerir durante a conversa. Para a entrevistada, homens cis não podem ser feministas, mas devem estar familiarizados com a discussão. Ela entende isso como uma interseccionalidade necessária, como algo temporário até que se atinja um ideal, ou nível de consciência esclarecida.

⁵ UNE – União Nacional de Estudantes.

⁶ EME – Encontro de Mulheres estudantes.

Quando eu estou do lado das minhas irmãs [outras mulheres cis] falando sobre um fenômeno da natureza, que é uma coisa natural, você vai dizer que eu não posso?

Essa questão da transexualidade é o que mais o Feminismo Radical é apontado como vilão, por isso eu trouxe essa questão:

‘– Ah não, não acredito que você é feminista radical, você é TERF⁷... enfim, que você exclui transexual’. E não é. Eu acho que [a categoria mulher] deveria ser extinta, por isso que eu não acredito em transexualidade porque eu acho que a transexualidade só reproduz o que é ser mulher, ela só reproduz um padrão. O gênero não deveria existir. Quando a gente cuidar do ‘entre homens e mulheres’, gênero vai ser uma questão puramente biológica.

A partir dessa afirmação de que “o gênero não deveria existir” e de que é preciso “cuidar”, ou focar, em como se dá a relação das categorias homem e mulher, que eu pergunto: - Você acha que as pessoas não binárias entrariam nessa ideia de extinção do gênero?

O gênero para mim... eu vejo... está na moda agora os não binários, que são homens que não sabem se são homem ou mulher, mas quando é confortável para ele, ele é homem, quando ele vai andar na rua de noite ele é homem, mas quando ele vai para a balada ele é mulher.

Acho que depende muito, aí, é uma discussão pessoal, porque eu conheço não binários que se aproveitam da não binariedade para ficar com mulheres. Na teoria os não binários seriam o que seria bom, mas na prática a mulher não binária não é reconhecida, porque é tida como: - nossa olha aquela menina peluda!

Percebo que nas falas da entrevistada suas opiniões negativas quanto à transexualidade são relativas apenas à figura da mulher trans, e nunca referentes à figura do homem trans. Deste modo, questiono a entrevistada: - Nesse feminismo que você defende, teria espaço para o homem com vagina?

O que tem, na verdade, é mais um apoio a essas irmãs, para mostrar que você não precisa virar homem, você pode continuar sendo mulher e não precisa seguir padrões de feminilidade. Se uma lésbica vira transexual o feminismo radical tenta apoiar ela [homem trans] para dizer que você não precisa virar homem para quebrar padrão de gênero... porque você é uma mulher, você foi criada como uma mulher, você sofreu o que nós sofremos. E o feminismo radical em relação à transição é uma pauta muito polêmica, até porque, eu acredito que querer todo mundo pode, mas o que elas querem dizer é

⁷ O termo é uma abreviação da expressão inglesa *Trans-Exclusionary Radical Feminist*.

que você não precisa passar por tanta agressividade para mudar o seu corpo. Fazer uma cirurgia de retirada de mama é uma coisa muito séria, fazer uma transição do pênis para uma falsa vagina é muito dolorido... não precisa ficar tomando hormônio... vamos trabalhar o gênero de uma forma fluída. Hoje, o movimento transexual só reproduz a feminilidade que é invasiva para a gente que é a pressão estética. Eu acredito que um dia... eu espero que um dia as transexuais possam ser livres.

Cena 2 – Questionamentos sobre a (in)visibilidade social das identidades marginais

Questiono a entrevistada sobre a noção de privilégio cis no que diz respeito ao acesso de direitos e quanto a recursos do Estado como educação e saúde. Pergunto a ela se não seria importante discutir a transexualidade na perspectiva do privilégio cis em seu coletivo e se a falta dessa discussão não seria perigosa para o feminismo radical, já que a entrevistada afirmou que espera que “*um dia as transexuais possam ser livres*”:

Em relação ao mercado de trabalho, a gente tem um privilégio com relação a elas... é que eu acho que o grande problema é que feministas radicais e transexuais decidiram que são inimigas, e não, a gente tem que lembrar que quem é o nosso inimigo é o homem cis, é o inimigo final. Que a gente é mais privilegiada porque encontra mais trabalho, é verdade, só que a gente ainda está abaixo dos homens que ganham mais que a gente... tem um privilégio sim, em relação a trans, mas não existe o privilégio cis igual ao privilégio do homem na sociedade patriarcal. É falsa simetria se eu disser que eu tenho o mesmo privilégio em relação a elas como os homens tem em relação a mim.

Também indago sobre como o coletivo da participante entende a prostituição e a liberdade das práticas sexuais:

Então, a prostituição ... pode ser que tenha alguma prostituta que goste. O feminismo liberal acredita em mulheres individuais e trabalha com essas pautas individuais. O feminismo radical é um pouco mais marxista e trabalha com grupos, então, a prostituição não pode ser positiva porque é um grupo degradante.

[...] você virou material de punheta quando você sai em uma revista como a Trip ... porque parece muito legal e libertador, mas você só está disfarçando, está passando maquiagem no machismo. Dentro do nosso coletivo essas opiniões coexistem, mas eu, por exemplo, me tornei feminista radical depois de entrar no coletivo porque eu me obriguei a ler as teorias, e antes, eu só vivia o feminismo. Aí, eu comecei a estudar o feminismo e descobri que me

identificava com o feminismo radical, e que o feminismo Liberal não supre mais as minhas necessidades, as minhas crenças.

Problematizações – análise das narrativas

As produções feministas sobre o sexo e sobre o gênero, sejam elas de diferentes correntes, estiveram sempre preocupadas em viabilizar caminhos de discussões que pudessem dar conta não apenas de explicar como se operam as violências de gênero mas como também encontrar formas de combater-las. A autora Gayle Rubin, no entanto, assinala a dificuldade que algumas vertentes feministas tem em dialogar com o gênero, o sexo e as práticas sexuais de forma a não reiterá-los dentro de uma norma a qual essas mesmas vertentes rejeitam. A autora ainda chama a atenção para a necessidade de se reconhecer que certos argumentos formulados por teorizações feministas encontram limitações com o conceito de opressão, de acordo com ela,

[...] quero desfiar a assunção de que o feminismo é ou deveria ser o lugar da teoria da sexualidade. O feminismo é a teoria da opressão de gênero. Assumir automaticamente que isso faz com que seja o lugar da teoria da opressão sexual é falhar na distinção entre gênero por um lado⁸, e o desejo erótico, por outro (RUBIN, 2003, P.41).

A formulação do pensamento feminista expressado pela entrevistada deste trabalho se afasta em grande medida de um alinhamento com feminismo radical dos anos 1960. A entrevistada procura indicar através de algumas afirmações que seu posicionamento dentro do pensamento feminista se apoia nos trabalhos de Simone de Beauvoir e na teoria marxista. No entanto, como mencionado anteriormente, embora o feminismo radical tenha bebido das fontes teóricas marxistas foi o próprio rompimento com o movimento de esquerda marxista que originou o chamado feminismo radical. Isso não significou um afastamento definitivo com as teorias marxistas, mas sim um potente engajamento em questionar essas teorias a fim de produzir uma reformulação centralmente feminista.

Outro ponto a ser observado é que ao mesmo tempo em que a entrevistada propõe uma fluidez e libertação do gênero, por ser este uma construção social - ou seja, uma categoria móvel e, portanto, não essencializadora – ela entende que há algo de

⁸ Na versão original: “on the one hand, and erotic desire, on the other” (RUBIN, 1992). Na versão traduzida para o português utilizada na citação a frase aparece como: “entre gênero por outro lado, e o desejo erótico, por outro” (RUBIN, 2003).

genuíno, fixo e estável nesta categoria ao negar que esta categoria possa ser associada às mulheres trans, uma vez que somente mulheres cis saberiam o que é ser uma mulher cis. Tomando assim, a mulher cis como o referencial particular para a categoria mulher.

Deste modo, para a entrevistada, a estabilidade da categoria mulher estaria vinculada à experiência cisgênera. Ora, se o gênero é uma construção social a ter sua existência supostamente aniquilada pelo feminismo radical, por ser o gênero a fonte da opressão de mulheres, como poderia a categoria mulher estar, ao mesmo tempo, sendo combatida e preservada pela redoma da experiência? Não estaria a experiência dentro do escopo da construção social? Como poderia ser a experiência o juízo de valor que autoriza certos corpos a acionarem um gênero e outros não? A partir de quais parâmetros poderíamos mensurar ou julgar qualquer experiência se não através de um modelo pré-estabelecido? Desta maneira, seria incoerente rejeitar o gênero, decretar o seu fim, se ao mesmo tempo ele tivesse que se fazer necessário para balizar quem poderia estar dentro ou fora de uma determinada experiência supostamente definida por ele.

Em um dos trechos a entrevistada sugere que: *“a teoria queer leu ‘você não nasce mulher, torna-se mulher’ como uma coisa, tipo, ‘ah, então posso virar mulher’, e em outro trecho: ‘descobri que me identificava com o feminismo radical, e que o feminismo Liberal não supre mais as minhas necessidades, as minhas crenças”*. Há neste tipo de afirmação uma disputa de retórica que ‘acusa’ a teoria *queer*, ou as teorias feministas pós-estruturalistas, de tratar do gênero de forma leviana e que, assim, se estaria incitando o gênero a fazer parte de uma ‘algazarra’ das identidades em que qualquer pessoa poderia ‘libertinamente’ – e não livremente – se identificar com o gênero que desejasse. Deste modo, para a entrevistada, seria preciso retomar uma certa ordem, e pudor, das coisas do gênero.

A autora Judith Butler faz uma crítica às vertentes do feminismo que assumem os debates a respeito do gênero a partir de uma “doutrina da diferença sexual”, ignorando o fato de que a categoria mulher também é um lugar importante de disputa política em favor das pessoas transgêneras e intersex. Quando a categoria mulher está associada a uma concepção de materialidade normativa do corpo e a uma verdade a respeito do sexo – deste modo, imobilizada e encerrada para ressignificações – coloca-se em jogo em que medida o feminismo se constitui como um movimento agenciador da pessoa humana e da possibilidade de vivências outras (BUTLER, 2004).

A entrevistada deixa claro que sua decepção com o que ela chama de feminismo ‘liberal’, o feminismo interseccional pós-estruturalista, tem a ver com o fato de que esta proposta de pensamento “não supre mais” suas “necessidades” e “crenças”. Com esta afirmação expõe-se uma mudança do posicionamento político da entrevistada que busca alinhar a discussão sobre o gênero e a sexualidade na direção de uma necessidade e de uma crença, movimento semelhante aos mecanismos conservadores de reestruturação social em momentos de instabilidade política.

Após um período relativamente longo de um governo de esquerda no Brasil, diversos programas de políticas públicas foram desenvolvidos para a discussão sobre a violência contra mulheres e a população LGBT. Desde o ano de 2003 o feminismo cresceu vertiginosamente principalmente nos movimentos estudantis e tem protagonizado, desde então, diversas ações contra a instalação de uma nova onda conservadora brasileira. No entanto, é interessante notar que o discurso da entrevistada, do qual segundo ela suas companheiras de organização no coletivo também compartilham, encontra apoio na agenda conservadora em grande medida, e é formulado em um momento em que no país há atualmente uma série de retrocessos políticos em andamento através da retomada de propostas excludentes para certas minorias políticas, notadamente para as mulheres e a população LGBT.

No Brasil, desde a posse do segundo mandato da primeira mulher eleita como presidente no país, Dilma Vana Rousseff, houve um grande esforço dos grupos de oposição ao seu governo em desestabilizar sua gestão e promover a implementação de uma agenda política de bases conservadoras e religiosas, notadamente no que diz respeito às discussões de gênero e sexualidade. Esta articulação foi complexa, envolveu diversos setores, culminando em sua saída do posto de presidente através de *impeachment*. Automaticamente, houve uma euforia do setor conservador, que agora saía fortalecido com a derrota do governo anterior, e que lançava uma proposta de gestão voltada aos valores da família brasileira, deste modo, as disputadas sobre a sexualidade e sobre o gênero se tornaram questões altamente visadas por essa agenda.

Nos últimos dois anos, várias propostas de lei vem sendo formuladas por vereadores e deputados do país com o intuito de se limitar as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, as chamadas leis contra a ‘ideologia de gênero’⁹. Há uma

⁹ A “ideologia de gênero” é uma produção discursiva heteronormativa que se utiliza de alguns conceitos localizados nos estudos de gênero para deslegitimar as teorizações acadêmicas e reivindicações dos movimentos sociais. De acordo com a autora Jasmine Moreira, “busca-se

tentativa de reformulação política no país em andamento que vai em direção contrária às demandas das minorias políticas, entre elas a população LGBT e as mulheres.

Gayle Rubin evidencia que nos momentos de maior instabilidade política o comportamento sexual das pessoas é tomado como um dos alvos principais para a definição de uma nova ordem social. Tal disputa pela definição do status das práticas sexuais não se trata de uma à repressão da sexualidade. Na obra *História da Sexualidade*, Michel Foucault refuta a hipótese da repressão como um problema da discussão sobre sexualidade. Ao fazer a crítica da própria noção de sexualidade, Foucault evidencia que a sexualidade é elaborada como um dispositivo de agência das práticas sexuais, instituindo discursivamente a organização dos corpos, dos desejos e das práticas. Neste sentido, não há uma repressão, mas uma proliferação dos discursos. Como afirma Foucault, “o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e falar dele cada vez mais” (FOUCAULT, 2012, P. 24).

No contexto atual brasileiro, a nova ordem política conservadora tem falado cada vez mais a respeito do sexo através de uma retórica altamente libidinosa, a família brasileira. Talvez, nenhuma instância atualmente diga mais a respeito do sexo, das práticas sexuais, da regulação dos corpos e dos desejos do que a própria ideia de família. Defender a instituição família é defender toda essa ‘arquitetura sexual’. Se pensarmos do ponto de vista quantitativo a respeito de toda a produção do saber médico e pedagógico sobre a família, desde o século XIX até os dias atuais, pode-se supor que nenhuma outra instância serve tanto de pretexto para se falar do sexo, do corpo, do gênero e das práticas sexuais como a família, principalmente nos momentos de crise de uma nação. E foi através de instabilidade política e de barganhas reformistas que a defesa a família brasileira veio à tona como o modelo referencial para um reordenamento da vida social.

De acordo com Rubin, desde o século XIX os períodos históricos em que instabilidades políticas atingiram a Inglaterra e os Estados Unidos foram os momentos de maior controle e marginalização de práticas sexuais consideradas desviantes, em que leis são criadas para deter os vícios sexuais, já que ao se definir a prática desviante

por meio dessa estratégia deslegitimar tanto o conhecimento acadêmico, e seus produtores/as, quanto os movimentos sociais ligados à pauta LGBT; extraindo, dessa forma, sua sustentação social e política” (MOREIRA, 2016, P. 99). Um dos destaques dessa proposta em barrar a discussões sobre o gênero é o movimento Escola sem Partido que intenta limitar o debate sobre sexualidade e gênero ao âmbito familiar e religioso.

definem-se também quais são práticas as aceitáveis para a ordem da nação. Como assinala Rubin,

Como em outros aspetos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos e interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Neste sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, 2003, P. 1).

O excesso de politização e contestação das discussões sobre gênero e sexualidade para a educação brasileira tem denunciado a vigência de um pânico moral que pode estar surtindo efeitos dentro do movimento feminista: o crescimento do feminismo radical entre as militantes mais jovens. Lanço duas suposições que podem indicar as prerrogativas do novo feminismo radical no escopo do pânico moral, em que uma hipótese não exclui a outra. A primeira consiste em um fechamento das discussões feministas para a transexualidade a partir da defesa de uma categoria mulher juridicamente estável que vem ganhando espaço midiático e privilégio nas discussões sobre violência.

O empenho por exclusividade desta pauta poderia ser algo que talvez sempre estivesse presente, porém um pouco deslocado do movimento feminista atual como um todo, mas que agora encontraria um suporte social para dar vasão a esse desejo. Rubin alerta que em momentos como o do pânico moral seria mais fácil se voltar para os argumentos biológicos do feminismo radical, “do que reformular os conceitos de injustiça sexual dentro de um enquadramento construtivista” (RUBIN, 2003, P. 12). No entanto, ainda assim, o novo feminismo radical não estaria de forma alguma abarcado pela norma, nem seria esta a intenção, mas poderia ser visto como um posicionamento moderado do feminismo a fim de dar conta de suas pautas neste contexto político outro.

Rubin chama a atenção para o risco do posicionamento moderado para o feminismo, já que tal posicionamento torna-se alinhado com os grupos que se entendem mais progressistas que conservadores e acabam se orientando nas discussões sobre gênero e sexualidade por estes parâmetros. A autora ressalta que assim com os outros sistemas de julgamento sexual – a religião, a psicologia ou o socialismo – o feminismo também desenha uma linha que determina quais práticas são aceitáveis e quais são repugnantes e desprovidas da “nuance emocional”. Neste sentido, o feminismo poderia

perder uma de suas características mais importantes, sua capacidade de resistência e questionamento da normatividade excludente.

A segunda possibilidade de questionamento para proposta do novo feminismo radical tem a ver a uma particularidade própria do pânico moral que, nas palavras de Rubin, consiste em uma atenção desproporcional às questões da sexualidade através de “atitudes difusas” que se canalizam em forma de ações políticas e que se tornam as bases que justificam toda uma regulação da sociedade. A autora afirma que na perspectiva histórica de um pânico moral,

Devido a sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas. Atividades sexuais muitas vezes funcionam como significante de apreensões sociais e pessoais com as quais não tem uma conexão intrínseca. Durante um pânico moral tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com a indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações (RUBIN, 2003, P. 31).

Em um cenário como este, seria improvável que o movimento feminista ficasse isento de tais ações difusas, “ângulos oblíquos”, “alvos falsos” e “paixões deslocadas”. Sob intensa pressão social, os poucos espaços de reivindicação das pautas feministas – duramente conquistados – correm o risco de serem os alvos de uma disputa destrutiva dentro do movimento. Em um trecho da entrevista a entrevistada relata sobre sua participação em um evento do movimento estudantil: “*tinha uma transexual na banca sobre LBTS que disse que não queria que a gente falasse sobre menstruação*”, este fato talvez não tivesse causado a ela tanto impacto se não existisse a impressão de que os espaços de fala estão minguando, e que, por isso, se tem a sensação de que é necessário duvidar da pessoa que reivindica o mesmo espaço, duvidar de sua intenção e de suas pautas dentro do feminismo.

Outro aspecto do pânico moral é justamente suspeitar de identidades estigmatizadas, dos “dissidentes sexuais”, sob a acusação de que poderiam estar se aproveitando de pessoas inocentes a partir de uma retórica feminista liberal – esse tal liberalismo que supostamente confundiu o movimento e as mulheres, e que agora nos faz vítimas umas das outras, mas também nos faz alvo de uma sociedade furiosa. Na perspectiva deste pensamento do ‘eu’ dissociado da outra pessoa e da outra realidade, um retorno aos pressupostos do feminismo radical pode parecer plausível para algumas

militantes do feminismo, já que se estaria lendo Simone de Beauvoir através das lentes do pânico moral.

No entanto, se faz urgente compreender que as lentes turvas do pânico moral estão facilmente disponíveis para qualquer outra vertente do feminismo, oferecendo muitas possibilidades de tropeço para o movimento. Em tempos turbulentos para o feminismo seria fundamental que a célebre citação de Beauvoir a respeito da liberdade como recurso¹⁰ – recurso este para se rejeitar as limitações das identidades – não fosse entendida como um epítome do espelho, ou uma defesa da autoidentidade, mas sim uma convocação às muitas pautas do feminismo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo. Fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª Edição. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York, London: Routledge, 2004.

COBBLE, Dorothy Sue. **More Than Sex Equality. Feminism After Suffrage**. In: COBBLE, D. S.; GORDON, L.; HENRY, A. *Feminism Unfinished: a short, surprising history of American women's movements*. – First edition. New York, London: Liveright, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. Ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2014.

_____. Michel, 1926-1984. **O Belo Perigo**; [tradução Fernando Scheibe] -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2016.

_____. Michel, 1926-1984. **O Cuidado com a Verdade**. In: *Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política; organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa*. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2012.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas Fechadas: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

¹⁰ Alusão à afirmação da autora sobre a noção de que não haveria substância definidora para a categoria mulher, sendo a liberdade a própria possibilidade de substância para esta categoria (BEAUVOIR, 1970).

PULEO, Alicia H. . **Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical**. In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana (ed.), *Historia de la teoría feminista. De la Ilustración a la globalización*, ed. Minerva, Madrid, 2005, pp. 35-67.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

RUBIN, Gayle. **Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality** (1984).